

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF
RELATÓRIO DAS AÇÕES COLETIVAS

Ord.	Nº Processo	Objeto	Órgão de tramitação	Última movimentação
1.	AR - 0012029-92.2015.4.01.0000	A ação principal teve o título executivo restrito a uma lista de nomes que manteve boa parte daqueles que tinham direito de fora dos cumprimentos de sentença. Rescisória com o objetivo de estender os efeitos da decisão do processo principal a todos os substituídos que tinham direito ao pleito, independentemente de lista de nomes colacionada aos autos.	1ª SEÇÃO TRF1	Atualização 2022: 14/09/2022 - Juntada de petição intercorrente juntando substabelecimento do escritório AR Advocacia. Antes da juntada da petição, em 27/07/2021 o processo foi concluso para decisão.
2.	APC - 0088354-30.2014.4.01.3400	Apelação cível interposta para reforma da sentença que extinguiu o feito, sem resolução do mérito e declarando que a FENAPEF é parte ilegítima como substituta processual, referente a ação que visa a condenação ao pagamento correspondente ao percentual de 30% do subsídio, a título de parcela indenizatória a título de auxílio moradia ao servidores da carreira policial federal.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 03/11/2022 - Certidão de que os autos físicos foram encaminhados para digitalização, conforme Portaria 451/2021. Anteriormente, em 26/11/2019, o processo foi concluso ao Relator Desembargador Rafael Paulo Soares.
3.	APC - 0027536-64.2004.4.01.3400 2004.34.00.027603-9	Ação que visa o direito de conversão de licenças-prêmio não gozadas em pecúnia.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 10/03/2021 - Processo migrado para o PJe. Anterior à migração, o processo foi concluso para decisão.

4.	APC - 0013526-68.2011.4.01.3400	Apelação interposta pela FENAPEF contra a Sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito, argumentando a ilegitimidade ativa da federação para representar a categoria de policiais federais na ação da bolsa da academia.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 29/11/2022 - Certidão de que os autos físicos foram encaminhados para digitalização, conforme Portaria 451/2021. Anteriormente, em 16/11/2022, o processo foi concluído para decisão.
5.	APC - 0024102-57.2010.4.01.3400	Demanda com o objetivo de condenar a União a pagar horas extras no que ultrapassar 8 horas diárias ou 40 horas semanais, além de adicional noturno.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 22/06/2020 - Juntada de certidão, quanto ao cadastro do Dr. Antonio Rodrigo Machado. Anteriormente em 07/11/2019, processo concluído para decisão.
6.	APC - 0026237-76.2009.4.01.3400 2009.34.00.026751-4	Demanda para condenar a União a pagar subsídio no valor de R\$ 65,00 a todos os policiais federais que contrataram planos de saúde, nos termos do artigo 230 da Lei nº 8.112/1990, bem como o ressarcimento dos valores retroativos.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 25/05/2021 - Decorrido prazo para as partes manifestarem sobre a migração para o PJe.
7.	APC - 0027373-79.2007.4.01.3400 2007.34.00.027501-0	Mandado de Segurança com pedido de liminar contra ao ato do Diretor Geral da Policial Federal Paulo Fernando da Costa Lacerda e da diretora geral de gestão pessoal da policial federal Dra. Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco e do coordenador de RH da PF, senhor Rodrigo Maia, ato esse consubstanciado no despacho de 03.04.2007, do qual se tomou ciência 04.04.2007, que indeferiu o pedido de pagamento aos servidores policiais substituídos pela FENAPEF e aos adicionais em razão ao desempenho de trabalho noturno, insalubre e perigosos.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 24/03/2021 - Decorrido prazo para as partes manifestarem sobre a migração para o PJe. Em 02/02/2021, foi peticionado informando desconformidades na digitalização do processo. Anterior à migração, a presente Apelação está concluída para decisão.

AO - 0031708-63.2015.4.01.3400	Ação de rito ordinário ajuizada em face da União tendo por escopo o reconhecimento e a indenização por dano moral decorrente da indevida exposição dos Policiais Federais com a mera instauração de procedimentos disciplinares por força do item 9.1 da Instrução Normativa nº 004/1991-DG/PF, de 1991.	22ª VF/DF	Atualização 2022: 08/12/2021 - Processo sobrestado em virtude da interposição e de Agravo de Instrumento por meio de decisão exarada em 23/11/2017.
AGI - 0026178-25.2017.4.01.0000	Agravo de instrumento, face à gravidade da situação posta, requer o deferimento de efeito suspensivo imediato, conforme previsto na primeira parte do inciso I do artigo 1.019 do Código de Processo Civil, para que o processo possa continuar com sua tramitação regular, sem que haja necessidade da atribuição de novo valor dado à causa, bem como, seja juntada autorização expressa dos substituídos.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 29/09/2020 - Migração PJe. Antes da migração os autos encontravam-se conclusos para decisão.
APC - 0040985-45.2011.4.01.3400	Ação de rito comum ordinário em face da UNIÃO em busca de provimento judicial, liminar e definitivo, que determine à ré que, "quando da concessão de diárias aos substituídos da Autora, com base no art. 58 da Lei 8.112/90, cle art. r, v,da Instrução Normativa n. 33/2010-DG/DPF, de 21 de junho de 2010, utilize a definição das expressões região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião constantes na Lei Complementar Estadual, ao invés das definições advindas da divisão da estrutura do DPF, delimitada pela Portaria 69/2008- DG/DPF, de 19 de fevereiro de 2008, ou, caso, não haja tais definições da Lei Complementar, que seja cumprida a Instrução Normativa 33/2010-DG/DPF, sem a limitação imposta pelo DPF".	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 26/05/2021 - Conclusos para decisão.
AO - 0044707-19.2013.4.01.3400	Demanda o pagamento de auxílio-alimentação aos policias federais nos mesmos valores pagos aos servidores do TCU em face do princípio da isonomia.	22ª VF/DF	Atualização 2022: 16/11/2022 - Petição intercorrente da União pedindo arquivamento do feito.

12.	CSEN-1024683-74.2018.4.01.3400	Trata-se de ação que visa revisão remuneratória geral anual mínima de 1%(um por cento) a partir da edição da Lei 10.697, de 2003, incidente no mês de janeiro de cada ano sobre todos os componentes remuneratórios.	4ª VF/DF	Atualização 2022: 06/05/2022 - Arquivado definitivamente.
13.	APC - 1011075-72.2019.4.01.3400	Ação que visa a determinação de que a União abstenha de descontar o percentual de 6% (seis por cento), à título de auxílio transporte.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 19/01/2021 - Juntada de certidão de autuação do substabelecimento em favor do Dr. Antonio Rodrigo Machado. Desde 03/05/2020 - O processo encontra-se concluso para decisão.
14.	APC - 0061792-18.2013.4.01.3400	Ação que visa a imediata implantação de reajuste dos subsídios dos agentes, escrivães e papiloscopistas de Polícia Federal.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 13/11/2020 - Decorrido prazo para as partes para manifestarem quanto à migração para o PJe.
15.	ACC - 1036039-32.2019.4.01.3400	Alteração da forma de aquisição de férias dos policiais federais, a migrar do sistema do ano civil para 12 meses do aniversário da posse no cargo, bem como a possibilidade de fruição de dois períodos consecutivos.	21ª VF/DF	Atualização 2022: 05/10/2022 - Autos vistos em correição e desde 27/09/2022, encontra-se conclusos para decisão.
16.	APC - 1043807-09.2019.4.01.3400	Discussão da desproporcionalidade das regras de transição impostas aos policiais federais	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 06/08/2020 - Conclusos para decisão.
17.	APC - 0031709-48.2015.4.01.3400	Ação ordinária que visa abstenção de dedução do imposto de renda de proventos de aposentadorias e servidores aposentados, que obtiveram o benefício em razão de acidente de serviço.	7ª Turma TRF1	Atualização 2022: 10/08/2020 - Certidão de cadastro do Dr. Antonio Rodrigo Machado. Desde 18/02/2020 - Conclusos para decisão.
18.	AP - 1007362-31.2015.4.01.3400	Visa suspender a eficácia do inciso V do art. 7º da Portaria nº 1831/2015-DGP/DPF, de 22/09/2015, publicada no Boletim de Serviço nº 180, de 23/09/2015 (ID. 236510); e determinar à autoridade impetrada que compute os afastamentos classificados como "falta	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 01/10/2021 - Conclusos para admissibilidade recursal

		por greve" para fins de pontuação no II Concurso de Remoções de 2015 do Departamento de Polícia Federal.		
19.	APC - 1024152-85.2018.4.01.3400	Ação civil coletiva proposta pelos SINDICATOS DOS POLICIAIS FEDERAIS de todos os Estados da Federação, em face da UNIÃO, objetivando, já em sede de tutela provisória de urgência, a obtenção de medida que suspenda "os efeitos do Enunciado nº 003-COGER/PF e determinar que a ré não impeça os Policiais Federais, quais sejam os Peritos Criminais Federais, os Escrivães de Polícia Federal, os Agentes de Polícia Federal e os Papiloscopistas Policiais Federais, além dos Delegados de Polícia Federal, de requisitarem exames periciais.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 17/08/2020 - Conclusos para decisão.
20.	APC - 0049288-09.2015.4.01.3400	Ação coletiva que visa extinguir a obrigatoriedade de tratamento dos Delegados de Polícia Federal pelo pronome "Vossa Excelência"	6ª Turma TRF1	Atualização 2022: 05/02/2020 - Migração PJe. Em 16/11/2021 foi juntado substabelecimento em favor do Dr. Antonio Rodrigo. Conclusão ao Relator Desembargador Daniel Paes Ribeiro.
21.	ACC - 0711576-76.2020.8.07.0001	Declaração de que os substituídos tenham os valores depositados na conta do PASEP na forma como determina a legislação. Execução individual caso seja exitoso o processo.	1ª VC de Brasília/DF	Atualização 2022: 21/01/2022 - Processo suspenso até o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.
22.	APC - 0067368-84.2016.4.01.3400	Anulação da Instrução Normativa nº 108 - DG/PF, expedida pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, que "regulamenta a atividade de polícia judiciária da Polícia Federal e dá outras providências.	5ª Turma TRF1	Atualização 2022: 03/11/2022 - Certidão de que os autos físicos foram encaminhados para digitalização, conforme Portaria 451/2021.

23.	APC - 0025480-52.2013.4.01.3300	Apelação que busca o reconhecimento da legitimidade extraordinária da FENAPEF; ou, sucessivamente, a anulação da sentença com o retorno dos autos ao 1º grau e a determinação de emenda à inicial.	5ª Turma TRF1	Atualização 2022: 24/03/2021 - Conclusos para decisão.
24.	APC - 0026238-61.2009.4.01.3400	Nomeação dos aprovados do concurso da Polícia Federal de 2004 para ingresso na carreira na segunda classe, conforme previa o edital, não na terceira classe, como ocorreu.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 16/05/2021 - Conclusos para decisão.
25.	ACP - 0000900-50.2007.4.01.3305	Ação Civil Pública em que o MP demanda que o SINDIPOL/BA e a FENAPEF garantam a manutenção, durante futuros movimentos grevistas, os serviços essenciais: serviços de plantão, serviços de custódia, condução de presos por requisição judicial, segurança de dignitários, proteção de testemunhas e de pessoas ameaçadas, emissão de passaportes, controle migratório nos portos, aeroportos e pontos de fronteira. Nas demais atividades manter regularmente o efetivo de 30% (trinta por cento) de servidores por categoria, na DPF	Vara Cível e Criminal Juazeiro - Bahia	Atualização 2022: 11/11/2022 - Arquivado definitivamente. Recurso Especial e extraordinário interpostos pelo MPF não foram admitidos.
26.	APC - 0055647-38.2016.4.01.3400	Demanda com o objetivo de sustar os efeitos da Orientação Normativa nº 08 _ COGER/DP, que determina que eventuais penas de suspensões aplicadas em PADs tenham cumprimento imediato, retirando de antemão qualquer efeito suspensivo que possa ser dado aos recursos administrativos interpostos no âmbito do procedimento disciplinar.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 19/11/2020 - Decorrido prazo para as partes após migração para o PJe.
27.	APC - 1008337-19.2016.4.01.3400	Mandado de Segurança Coletivo visando suspender a eficácia da IN nº 106/2016-DG/PF que efetivamente impede o embarque armado de policiais federais, salvo se em missão.	5ª Turma TRF1	Atualização 2022: 18/06/2020 - Juntada de certidão para constar em seu cadastro o Dr. Antonio Rodrigo Machado.
28.	APC - 1062992-96.2020.4.01.3400	Demanda coletiva para obter a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 3º a 6º da IN nº 177-DG/PF e sua consequente não aplicação no sentido de serem inexigíveis apresentação prévia de	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 08/08/2021 - Conclusos para decisão.

		documentos e requerimento prévio de autorização para que policial federal exerça profissão de magistério.		
29.	ACC - 1044667-73.2020.4.01.3400	O autor intenta a declaração de nulidade integral da IN nº 144-DG/PF que, em seu bojo, reconheceu o caráter pericial das atribuições do cargo de papiloscopista da Polícia Federal. Subsidiariamente ataca artigos específicos da referida norma.	2ª VF/DF	Atualização 2022: 18/10/2022 - Petição juntada pelo Sindicato Nacional dos Peritos Criminais Federais.
30.	APC - 1072152-48.2020.4.01.3400	Trata-se de demanda coletiva comum proposta pela Federação Nacional dos Policiais Federais intentada contra a União Federal com o escopo de que seja declarada a inconstitucionalidade incidental do disposto no art. 35, inciso I, alínea "a" da Emenda Constitucional n. 103/2019, que revogou o §21 do art. 40 da Constituição Federal.	8ª Turma TRF1	Atualização 2022: 21/11/2022 - Deliberado em sessão. Parcial provimento da Apelação nos termos do voto do relator, onde firmaram o entendimento de que a FENAPEF ostenta legitimidade para substituir toda a categoria.
31.	APC - 1072918-04.2020.4.01.3400	Apelação visa a reforma integral da sentença que improveu os pedidos do cliente, no tocante à declaração da ilegalidade e inconstitucionalidade dos efeitos do art. 27, parágrafo único, do Decreto nº 9.991/2019, declarando a sua inconstitucionalidade incidental.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 02/09/2021 - Conclusos para decisão.
32.	ACC - 1000489-05.2021.4.01.3400	Afastar o regramento que impõe a interrupção do interstício para promoção em face da aplicação de afastamento disciplinar ou preventivo aos policiais federais	16ª VF/DF	Atualização 2022: 13/06/2022 - Conclusos para julgamento.
33.	ACC - 1000493-42.2021.4.01.3400	Afastar o regramento que impõe a interrupção do interstício para promoção em face de licença sem remuneração dos policiais federais	21ª VF/DF	Atualização 2022: 18/04/2022 - Conclusos para julgamento.
34.	AGI - 1002575-27.2022.4.01.0000	Agravo de Instrumento para reformar decisão denegatória de 1º grau e obter tutela de urgência para que a palavra "ininterrupto" nas normas que regem a promoção dos policiais federais seja interpretada como uma suspensão do interstício necessário, sem que o gozo	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 15/03/2022 - Conclusos para decisão.

		de licença não remunerada faça o servidor todo o tempo já cumprido.		
35.	ACC - 1000958-51.2021.4.01.3400	Mandado de Segurança Coletivo com o objetivo de determinar que a União proceda ao pagamento das diárias devidas aos policiais federais em missão fora do seu local de lotação de forma antecipada, conforme estabelece no Decreto nº 2.992/2006.	16ª VF/DF	Atualização 2022: 07/11/2022 - Contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos pela FENAPEF.
36.	APC - 1001591-62.2021.4.01.3400	Apelação Cível para reforma de sentença que indeferiu o pedido cujo objetivo é obrigar a Polícia Federal a elaborar escalas de plantão que não ultrapassem 40 horas semanais, conforme previsão de limite da Lei nº 8.112/1990, sem que haja legislação específica a excepcioná-la.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 20/06/2021 - Conclusos para decisão.
37.	CSEN - 0025628-98.2006.4.01.3400 2006.34.00.02683-0	Trata-se de execução de sentença, objetivando a execução do título judicial obtido por ação de conhecimento, que garante aos servidores substituídos, a implementação do percentual de 28,86% sobre seus vencimentos.	8ª VF/DF	Atualização 2022: 05/10/2022 - Autos recebidos da contadoria.
38.	AGI - 1009878-97.2019.4.01.0000	Trata-se de agravo com efeito suspensivo, para reforma da decisão agravada com o objetivo de permitir que o título executivo referente aos 28,86% abarque todos os substituídos presentes na lista inicialmente apresentada e que fora equivocadamente trocada por outra.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 06/11/2019 - Juntada de substabelecimento.
39.	CSEN - 0001621-27.2015.4.01.3400	Trata-se de ação que visa executar os valores referentes ao percentual de 28,86% adquiridos pela ação de conhecimento que reconheceu o direito aos servidores da polícia federal.	8ªVF	Atualização 2022: 22/11/2022 - Intimação da FENAPEF para manifestação após a União peticionar para regular prosseguimento do feito.
40.	CSEN - 0025483-95.2013.4.01.3400	Cumprimento de Sentença que visa executar os valores referentes ao percentual de 28,86%, adquiridos pela ação de conhecimento que reconheceu o direito aos servidores da polícia federal.	8ª VF	Atualização 2022: 24/10/2022 - Conclusos para despacho

41.	CSEN - 0025477-88.2013.4.01.3400	Cumprimento de Sentença que visa executar os valores referentes ao percentual de 28,86%, adquiridos pela ação de conhecimento que reconheceu o direito aos servidores da polícia federal.	8ª VF	Atualização 2022: 21/11/2022 - Petição intercorrente da União requerendo regular prosseguimento do feito.
42.	CSEN - 0025474-36.2013.4.01.3400	Cumprimento de Sentença que visa executar os valores referentes ao percentual de 28,86%, adquiridos pela ação de conhecimento que reconheceu o direito aos servidores da polícia federal.	8ª VF	Atualização 2022: 09/11/2022 - Intimação para manifestação das partes quanto a redistribuição dos autos para o Núcleo de Justiça - Apoio adjunto à Subseção Judiciária de Oiapoque/AP.
43.	CSEN - 0025489-05.2013.4.01.3400	Cumprimento de Sentença que visa executar os valores referentes ao percentual de 28,86%, adquiridos pela ação de conhecimento que reconheceu o direito aos servidores da polícia federal.	8ª VF	Atualização 2022: 09/11/2022 - Intimação para manifestação das partes quanto a redistribuição dos autos para o Núcleo de Justiça - Apoio adjunto à Subseção Judiciária de Oiapoque/AP.
44.	ACC - 1024752-09.2018.4.01.3400	Trata-se de ação civil pública que visa suspender a cobrança da parcela denominada cota-parte do auxílio-creche ou assistência pré-escolar.	13ª VF	Atualização 2022: 09/11/2022 - Intimação para manifestação da União sobre a petição da FENAPEF que requereu apresentação de relatório com informações para cadastro dos beneficiários.
45.	APC - 0030719-57.2015.4.01.3400	Retirada de restrições para gozo do benefício de auxílio-transporte.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 04/06/2021 - Conclusos para decisão.
46.	ACC - 1012674-46.2019.4.01.3400	Trata-se de ação que visa decretar o cancelamento de desconto de contribuição beneficiária, após completarem 30 anos de contribuição para homem e 25 anos de contribuição para mulher.	16ª VF	Atualização 2022: 03/05/2022 - Inspeção e manutenção dos autos conclusos.

47. APC - 1020686-83.2018.4.01.3400	Trata-se de ação coletiva para que seja garantido o pagamento da indenização de fronteira, instituída pela Lei nº 12.855/2013, durante o período em os servidores se encontram em gozo de férias.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 15/04/2021 - Juntada de parecer do MP que opina pelo não provimento do recurso de apelação.
48. AD - 1045460-46.2019.4.01.3400	Trata-se de ação que visa determinar a impossibilidade de alíquotas progressivas nas contribuições previdenciárias dos substituídos por parte da União Federal.	21ª VF	Atualização 2022: 02/12/2022 - União apresentou contrarrazões ao recurso de apelação.
49. APC - 1016583-67.2017.4.01.3400	Ação Coletiva c/c pedido de tutela de urgência, no mérito requerendo condenação da União pelo descumprimento de termo de acordo de reestruturação de tabela remuneratória, com impactos financeiros de Jan/17, Jan/18 e Jan/19.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 14/11/2022 - Inclusão em Pauta para Julgamento Virtual a ser realizado em 09/12/2022.
50. APC - 0026031-33.2007.4.01.3400 2007.34.00.026154-7	Ação de restituição de desconto previdenciário sob 1/3 de férias.	8ª Turma TRF1	Atualização 2022: 01/12/2022 - Intimação para União apresentar contrarrazões ao Embargos da FENAPEF.
51. APC - 0035501-10.2015.4.01.3400	Demanda coletiva para que a União seja obrigada a pagar o adicional de fronteira a todos os policiais com lotação inserida na faixa de fronteira prevista na CF até que se regulamente as cidades destinadas a receber a verba indenizatória.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 10/03/2022 - Conclusos para decisão.
52. APC - 0044705-49.2013.4.01.3400	Apelação cível para reforma da sentença da decisão que julgou a FENAPEF ilegítima e julgou extinto o processo que trata da ajuda de custo para bancar as remoções decorrentes da participação em concurso interno de remoção.	1ª Turma	Atualização 2022: 14/12/2022 - Conclusos para decisão.
53. AGI - 0064160-15.2013.4.01.0000	Agravo de Instrumento que visa reformar determinação do juízo de 1º grau para que seja emendada a peça inicial com correção do valor da causa por não representar benefício econômico imediato, tendo em vista seu caráter coletivo.	1ª Turma TRF1	Atualização 2022: 02/12/2020 - Juntada de certidão de alteração dos autos. Em 09/07/2020 os autos foram conclusos para decisão.

54.	ACC - 1019714-16.2018.4.01.3400	Declaração de direito dos substituídos de receberem os aumentos estabelecidos na Lei nº 13.371/2016 nos meses de janeiro de 2018 e de 2019	2ª VF	Atualização 2022: 29/07/2022 - Certidão de alteração do polo ativo do processo. Processo permanece concluso para julgamento desde 08/04/2021.
55.	AGI - 1035264-66.2018.4.01.0000	Tutela provisória para que os substituídos de recebam os aumentos estabelecidos na Lei nº 13.371/2016 nos meses de janeiro de 2018 e de 2019.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 09/12/2021 - Arquivado definitivamente. Acórdão negou provimento ao AGI.
56.	APC - 0060783-84.2014.4.01.3400	Apelação cível de ação que visa o afastamento da incidência do regime de previdência complementar, caracterizado pelo FUNPRESP-EXE, aos policiais federais.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 22/06/2020 - Certidão atestando o cadastro do Dr. Antonio Rodrigo ao processo.
57.	APC - 0033041-50.2015.4.01.3400	Apelação contra sentença que extinguiu o processo sem exame do mérito por suposta ausência de legitimidade da FENAPEF para propor ação referente ao sobreaviso, já que não possui natureza jurídica de sindicato.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 08/08/2020 - Decorrido prazo para as partes manifestarem quanto à migração do processo para o PJe.
58.	ACC - 1067310-88.2021.4.01.3400	Pleito pelo pagamento do adicional de fronteira aos policiais plantonistas durante os períodos destinados à alimentação e ao descanso intrajornada.	4ª VF	Atualização 2022: 29/11/2022 - Petição intercorrente do MPF.
59.	AGI - 1006689-09.2022.4.01.0000	Agravo de Instrumento interposto contra a decisão denegatória de tutela de urgência no 1º grau para que a União seja impedida de cessar o pagamento de adicional de fronteira para os policiais federais plantonistas durante os períodos de descanso e alimentação intrajornada.	2ª Turma TRF1	Atualização 2022: 31/05/2022 - Arquivado definitivamente. Agravo interposto pela conhecido e não provido.
60.	ADI - 0005391-22.2015.1.00.0000	Trata-se de ação com pedido de medida cautelar para organização das classes da carreira policial federal que fixa a remuneração dos cargos integrantes.	2ª Turma STF	Atualização 2022: 20/07/2022 - Concluso ao Relator Ministro Gilmar Mendes.

61.	AD - 1056032-56.2022.4.01.3400	Trata-se de ação proposta com o escopo assegurar o direito dos servidores representados pela entidade Autora à conversão de tempo especial em comum, para fins previdenciário e demais efeitos financeiros, funcionais e administrativos decorrentes.	7ª VF/DF	Atualização 2022: 24/10/2022 - Juntada de contestação.
62.	ADI 7727 0125101-89.2022.1.00.0000	Amicus Curiae em ação que pretende a declaração de inconstitucionalidade dos §§ 3º e 4º do art. 28 da Lei n. 5.284/2020, que garantiu aos agentes de segurança pública e aos militares da ativa o direito de advogar em causa própria mediante inscrição especial na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.	2ª TURMA STF	Atualização 2022: 14/11/2022 - Autos conclusos à Relatora Carmen Lúcia.
63.	ACC - 1060557-81.2022.4.01.3400	Demanda coletiva para que a União passe a descontar as contribuições previdenciárias dos policiais federais ingressos na carreira entre 2013 a 2019 com base no direito que eles têm de se aposentar com integralidade e paridade.	5ª VF/DF	Atualização 2022: 09/11/2022 - Juntada de petição de guia de custas.
64.	ACC - 1065145-34.2022.4.01.3400	Anular os efeitos jurídicos do art. 4º, "g", da Portaria Conjunta 2/2012/SEGEP/SOF/MPOG, a fim de que os Policiais não precisem abdicar do direito de discutir judicialmente para que possam receber verbas reconhecidas administrativamente.	16ª VF/DF	Atualização 2022: 15/12/2022 - Petição intercorrente informando o desmembramento.
	AGI - 1036129-50.2022.4.01.0000	Agravo de instrumento que visa manter o litisconsórcio ativo entre os sindicatos autores.	2ª TURMA	Atualização 2022: 05/12/2022 - Petição intercorrente da União dando ciência do indeferimento da tutela de urgência.
	AGI - 1071800-22.2022.4.01.3400	Ação coletiva da FENAPEF proposta em nome dos SINDICATOS para declarar incidentalmente ilegal o § 5º do art. 5º do Decreto 5.922/2006, incluído pelo Decreto n 11.117/2022, determinando a manutenção do pagamento integral das diárias quando o afastamento for maios de 30 dias seguidos em uma mesma localidade ou 60 dias não contínuos, bem como determinar a restituição dos valores eventualmente não pagos aos policiais referente a este período.	16ª VF/DF	Atualização 2022: 05/12/2022 - Petição intercorrente da União dando ciência do indeferimento da tutela de urgência.

67.	ACC - 1078847-47.2022.4.01.3400	Ação coletiva cujo objetivo é a prorrogação do prazo de migração para o Regime de Previdência Complementar que se encerrou no dia 30/11/2022, por até 24 meses, a fim de que a União cumpra o fornecimento de sistema para que o servidor exerça seu direito de escolha de migração ou não com ciência dos riscos e eventuais prejuízos desse ato que é irrevogável.	5ª VF/DF	Atualização 2022: 30/11/2022 - Sentença proferida que indeferiu a petição inicial.
-----	---------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	----------------------------------------------------------------------------------------------